

Minhas Divergências com os Economistas Liberais Brasileiros

Blog de José Luis Oreiro, 4 junho, 2025

Este relatório foi obtido porque José Luis Oreiro pediu a IA Gemini Deep Research para fazer um relatório detalhado das minhas críticas aos economistas liberais Brasileiros

≈ [DEIXE UM COMENTÁRIO](#)

Sumário Executivo

Este relatório detalha as críticas do economista José Luis Oreiro a um grupo de proeminentes economistas liberais brasileiros, incluindo Paulo Guedes, Samuel Pessoa, Marcos Lisboa, Edmar Bacha, Persio Arida, André Lara Resende, Pedro Cavalcanti, Renato Fragelli e Arminio Fraga. Oreiro, um defensor do Novo Desenvolvimentismo e da macroeconomia Pós-Keynesiana, contesta fundamentalmente as políticas de austeridade fiscal, liberalização financeira e a desregulação propostas pela ortodoxia liberal, argumentando que tais medidas têm sido prejudiciais ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

As principais críticas de Oreiro abrangem diversos eixos temáticos:

1. **Política Fiscal:** Oreiro critica veementemente o “Teto de Gastos”, considerando-o uma medida excessivamente rígida e politicamente insustentável que comprometeu o investimento público e as políticas sociais. Embora reconheça o Novo Arcabouço Fiscal como menos rígido, ele ainda o vê como uma capitulação à lógica de austeridade, limitando a capacidade do Estado de promover o desenvolvimento. Ele também contesta a narrativa alarmista sobre o nível da dívida pública brasileira.
2. **Política Monetária:** As cronicamente elevadas taxas de juros no Brasil são um dos principais alvos de Oreiro, que as considera um entrave ao investimento produtivo e ao crescimento. Ele questiona a eficácia do regime de metas de inflação na sua forma atual e critica a autonomia do Banco Central, sugerindo que a política monetária tem sido excessivamente influenciada pelos interesses do setor financeiro.
3. **Política Cambial:** A manutenção de uma taxa de câmbio real competitiva é central para a estratégia novo-desenvolvimentista de Oreiro. Ele se opõe firmemente à plena conversibilidade do Real, proposta por economistas como

Persio Arida e Edmar Bacha, argumentando que ela aumentaria a instabilidade e a vulnerabilidade externa. Defende, em vez disso, um regime de câmbio administrado.

4. **Desenvolvimento e Indústria:** Oreiro enfatiza o papel crucial da indústria de transformação como motor do desenvolvimento e lamenta a desindustrialização prematura do Brasil, atribuindo-a, em parte, a políticas neoliberais. Ele defende uma política industrial ativa, condicionada à manutenção de uma taxa de câmbio competitiva.
5. **Divergências Teóricas:** Oreiro contesta as explicações liberais para a baixa produtividade brasileira (frequentemente atribuída por Samuel Pessoa a deficiências educacionais), argumentando que a desindustrialização e o baixo investimento em capital físico são causas mais profundas. Ele também se engaja em debates sobre a correta interpretação da Teoria Keynesiana e da Teoria Monetária Moderna (MMT), frequentemente em contraponto a Samuel Pessoa e André Lara-Resende.
6. **Críticas a Economistas Específicos:** O relatório detalha as críticas de Oreiro a cada um dos economistas mencionados, como a defesa do “ajuste fiscal perpétuo” por Marcos Lisboa, as visões de Arminio Fraga sobre a dívida pública, e a agenda neoliberal radical implementada por Paulo Guedes. As divergências com Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli centram-se na relação entre taxa de câmbio e crescimento.

Em suma, as críticas de Oreiro representam um contraponto desenvolvimentista consistente à ortodoxia liberal, defendendo um papel mais ativo do Estado na coordenação macroeconômica, na promoção da reindustrialização e na busca por um crescimento sustentado e socialmente inclusivo. Suas análises, disseminadas através de seu blog, artigos em jornais e entrevistas, alimentam um debate crucial sobre os rumos da política econômica brasileira.

Publicidade

Configurações de privacidade

Relatório Detalhado: As Críticas de José Luis Oreiro aos Economistas Liberais Brasileiros

1. Introdução: José Luis Oreiro e o Contraponto Desenvolvimentista no Debate Econômico Brasileiro

José Luis da Costa Oreiro figura como um economista de destaque no cenário acadêmico e no debate público brasileiro, notabilizando-se por suas contribuições críticas à ortodoxia econômica e pela formulação de propostas alternativas para o desenvolvimento do país. Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ¹, Oreiro construiu uma trajetória marcada pela defesa de uma

perspectiva heterodoxa, com forte embasamento nas correntes de pensamento Pós-Keynesiana, Novo-Desenvolvimentista e da Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento.¹ Sua vasta produção intelectual, que inclui obras como “Developmental Macroeconomics: New developmentalism as a growth strategy” e “Macroeconomics of Development: A Keynesian Perspective”⁷, reflete seu engajamento teórico e sua preocupação com os rumos da economia brasileira.

A participação de Oreiro no debate econômico transcende o ambiente acadêmico. Ele intervém ativamente na esfera pública por meio de artigos em jornais de grande circulação, como Valor Econômico, Folha de S. Paulo e Estadão, e através de seu blog pessoal, onde analisa a conjuntura econômica e critica políticas de orientação liberal.² Essa combinação de rigor acadêmico com presença midiática constante não configura apenas um exercício intelectual, mas uma intervenção política deliberada. Ao levar suas ideias heterodoxas a um público mais amplo, Oreiro busca influenciar a formulação de políticas públicas e contestar a narrativa frequentemente dominante do pensamento liberal. Sua atuação em plataformas como a TV 247 e o canal Da Prática Política no YouTube⁶ reforça esse papel de intelectual público engajado na disputa por modelos econômicos alternativos para o Brasil.

O pano de fundo dessas intervenções é a persistente polarização no debate econômico brasileiro entre, de um lado, as visões liberais, frequentemente associadas à ortodoxia econômica, que preconizam a minimização da intervenção estatal, a disciplina fiscal rigorosa e a confiança nos mecanismos de mercado; e, de outro, as correntes desenvolvimentistas, que, em suas diversas matizes, defendem um papel mais ativo do Estado na promoção do desenvolvimento, na industrialização e na redução das desigualdades. Oreiro posiciona-se firmemente neste segundo campo, emergindo como uma voz crítica consistente às políticas de austeridade e liberalização, e como um proponente de um modelo de desenvolvimento que priorize a transformação estrutural da economia brasileira.

2. Fundamentos da Crítica de Oreiro: A Perspectiva Novo-Desenvolvimentista e Pós-Keynesiana

As críticas de José Luis Oreiro aos economistas liberais e às políticas por eles preconizadas estão profundamente ancoradas em um referencial teórico que combina elementos do Novo Desenvolvimentismo e do Pós-Keynesianismo. Esses pilares conceituais fornecem a base para suas análises e propostas alternativas para a economia brasileira.

O **Novo Desenvolvimentismo**, corrente da qual Oreiro é um dos principais formuladores no Brasil, ao lado de economistas como Luiz Carlos Bresser-Pereira², propõe uma estratégia nacional de desenvolvimento centrada na ideia de que o

crescimento econômico sustentado é um processo de mudança estrutural, impulsionado pela acumulação de capital e pelo progresso tecnológico.³ Diferentemente de abordagens liberais que enfatizam a estabilidade macroeconômica como condição suficiente para o investimento privado, o Novo Desenvolvimentismo argumenta que o Estado possui um papel crucial na coordenação de preços macroeconômicos chave. Entre estes, destacam-se a manutenção de uma taxa de câmbio real competitiva, a garantia de que os salários cresçam em linha com a produtividade do trabalho e a busca por taxas de juros compatíveis com os padrões internacionais, de forma a estimular o investimento produtivo.⁵

A perspectiva **Pós-Keynesiana**, por sua vez, informa a análise de Oreiro ao ressaltar a importância da demanda agregada como motor do crescimento econômico, a presença inescapável da incerteza fundamental (keynesiana) nas decisões dos agentes econômicos e, conseqüentemente, a necessidade de um papel ativo do Estado na coordenação das expectativas e na promoção do investimento, especialmente em contextos de crise ou estagnação.⁴ Essa visão contrasta fortemente com a premissa neoclássica de mercados autorreguláveis e de uma tendência natural ao pleno emprego. Um dos elementos centrais e recorrentes nas análises de Oreiro é a **importância da indústria de transformação** como motor do desenvolvimento econômico. Ele argumenta que a baixa produtividade média da economia brasileira não se deve apenas a deficiências educacionais, como frequentemente apontado por economistas liberais, mas está intrinsecamente ligada ao processo de desindustrialização prematura e à conseqüente baixa formação de capital por trabalhador.⁴ A reindustrialização, portanto, surge como um objetivo estratégico.

Nesse contexto, a **taxa de câmbio real competitiva** assume um papel de destaque, sendo um dos pilares da argumentação novo-desenvolvimentista de Oreiro. Ele defende ativamente o *targeting* da taxa real de câmbio, ou seja, a sua administração ativa pelo governo, como instrumento essencial para garantir a competitividade da indústria nacional e estimular a diversificação produtiva.⁵ Esta ênfase na taxa de câmbio real como uma variável-chave a ser gerenciada representa uma divergência teórica fundamental em relação à ortodoxia econômica. Enquanto o pensamento liberal tende a priorizar os fundamentos fiscais e o controle da inflação, tratando a taxa de câmbio predominantemente como um preço de resultado, determinado pelas forças de mercado e pela política monetária, Oreiro, alinhado com a tradição estruturalista, a vê como um preço macroeconômico crucial que afeta diretamente a estrutura produtiva e as perspectivas de crescimento de longo prazo. A Lei de Thirlwall, que relaciona o crescimento de uma economia às elasticidades-renda de suas exportações e importações, é frequentemente mobilizada para sustentar que uma taxa de câmbio real apreciada pode comprometer essas elasticidades, restringindo o crescimento.¹⁴ Assim, a

questão cambial transcende uma mera escolha de instrumento político, revelando-se um divisor de águas teórico e metodológico entre as diferentes escolas de pensamento. Finalmente, a defesa de um **papel ativo do Estado** permeia todo o pensamento de Oreiro. Longe de uma visão estatizante generalizada, ele propõe um Estado desenvolvimentista capaz de intervir estrategicamente para alinhar os preços macroeconômicos fundamentais, promover o investimento público em infraestrutura – considerado complementar e indutor do investimento privado – e implementar políticas industriais que fomentem a inovação e a sofisticação da estrutura produtiva.³

Publicidade

Configurações de privacidade

3. Críticas Gerais à Ortodoxia Liberal Brasileira Segundo Oreiro

As críticas de José Luis Oreiro à ortodoxia liberal brasileira não se limitam a políticas específicas, mas se estendem aos fundamentos teóricos e às narrativas que sustentam o pensamento econômico predominante no país. Ele contesta a visão de que as soluções liberais são universalmente válidas ou tecnicamente neutras, apontando para suas limitações e, em muitos casos, para os resultados adversos de sua aplicação no contexto brasileiro.

Uma das críticas centrais direciona-se ao que Oreiro e Nelson Marconi denominam “modelo liberal dependente de poupança externa”.¹³ Segundo os autores, este modelo, implícito no pensamento de muitos economistas liberais brasileiros, parte do pressuposto de que as ineficiências na alocação de recursos na economia brasileira derivam de uma excessiva intervenção estatal e de uma baixa exposição à competição internacional. Adicionalmente, esse modelo assumiria uma preferência imutável da sociedade brasileira pelo consumo presente, o que tornaria a dependência da poupança externa uma característica intrínseca e necessária ao processo de desenvolvimento. Para viabilizar tal modelo e torná-lo menos vulnerável a crises de balanço de pagamentos, os proponentes liberais sugeririam medidas como a plena conversibilidade da conta de capitais – uma proposta específica de Persio Arida que Oreiro criticou veementemente por sua falta de sustentação teórica e empírica.¹³

Oreiro também desafia as explicações ortodoxas e neoliberais para a quase-estagnação da economia brasileira nas últimas décadas. Ele argumenta que essas explicações tendem a focar excessivamente em fatores microeconômicos, como a qualidade das instituições, o excesso de protecionismo, as deficiências educacionais ou o suposto populismo fiscal, negligenciando fatores históricos cruciais e o impacto de políticas de liberalização implementadas a partir dos anos 1990, que, segundo ele, teriam levado o Brasil a uma “armadilha da liberalização”.³ A crítica à “falta de pensamento histórico” dos economistas neoclássicos ou liberal-ortodoxos é recorrente em sua obra, apontando que suas explicações frequentemente não incorporam fatos históricos novos e relevantes para entender a trajetória brasileira.³

O debate mais amplo entre “Ortodoxia versus Heterodoxia” é outro campo de intensa reflexão para Oreiro. Em colaboração com Paulo Gala, ele explora a natureza dessa divergência, argumentando que ela se assenta em “núcleos duros” distintos – conjuntos de axiomas e princípios fundamentais que não estão, por sua natureza, sujeitos à comprovação empírica direta.¹¹ Para eles, a ortodoxia econômica, geralmente associada ao neoclassicismo, teria como núcleo duro os princípios da racionalidade maximizadora dos agentes e do equilíbrio de mercado como uma norma ou ponto de referência. A heterodoxia, por outro lado, seria definida pela rejeição desses pressupostos centrais, propondo alternativas como a análise baseada em classes sociais (marxismo) ou a ênfase na incerteza e nas convenções (pós-keynesianismo).

Nesse contexto, Oreiro denuncia o que percebe como uma crescente intolerância por parte de alguns setores da ortodoxia brasileira em relação ao pensamento heterodoxo. Em um artigo de 2009, ele chega a usar a metáfora contundente de que os ortodoxos talvez desejassem “mandar todos os heterodoxos para os campos de extermínio, já que o que eles defendem não pode ser considerado como ‘Economia’”.¹⁸ Essa crítica visa expor uma suposta tentativa de silenciamento e deslegitimação de perspectivas alternativas, atribuindo tal postura a uma possível “enorme insegurança psíquica, fruto de sua ignorância daquilo que não esteja no último manual de micro ou macroeconomia lançado nos Estados Unidos”.¹⁸ Em contrapartida, Oreiro defende vigorosamente o pluralismo teórico e metodológico no campo da economia. Ele contesta, por exemplo, a alegação de que haveria uma hegemonia heterodoxa em importantes veículos de comunicação como o jornal Valor Econômico, apresentando um levantamento de colunistas que, segundo sua análise, indicaria um equilíbrio ou mesmo uma predominância de vozes ortodoxas, caracterizando o jornal como plural.¹⁸

A defesa do pluralismo e a crítica à falta de historicidade do pensamento neoclássico revelam uma concepção da ciência econômica que vai além de um mero conjunto de ferramentas técnicas e neutras. Para Oreiro, a economia é um campo discursivo, profundamente influenciado por contextos históricos, valores, relações de poder e visões de mundo. A sua proposta, em conjunto com Gala, de “deixar que mil flores floresçam no campo”¹¹ não é apenas um apelo à tolerância, mas uma convocação para um debate econômico mais aberto, crítico e menos dogmático. Nesse debate, diferentes paradigmas e programas de pesquisa poderiam coexistir e ser avaliados não apenas por sua consistência interna, mas por sua capacidade de explicar fenômenos complexos e historicamente determinados, como a persistente quase-estagnação da economia brasileira e os desafios para sua superação. A escolha entre diferentes abordagens, portanto, não seria puramente “científica” no sentido positivista estrito, mas envolveria elementos de interpretação e julgamento sobre qual “núcleo duro” oferece uma compreensão mais rica e relevante da realidade.

Publicidade

Configurações de privacidade

A tabela a seguir sintetiza as principais linhas de confronto entre José Luis Oreiro e os economistas liberais mencionados na consulta, servindo como um guia para a análise detalhada que se segue.

Quadro-Síntese: Principais Críticas de José Luis Oreiro a Economistas Liberais Brasileiros

Economista Liberal	Principal(is) Posição(ões) Liberal(is) Criticada(s) por Oreiro	Principal(is) Argumento(s)/Crítica(s) de Oreiro	Fonte(s) Chave (Exemplos)
Samuel Pessoa	Baixa produtividade atribuída principalmente à educação e habilidades; Interpretação da Teoria Keynesiana e da Teoria Monetária Moderna (MMT).	A produtividade está mais ligada à desindustrialização, ao baixo investimento em capital físico e à qualidade dos empregos. Crítica à interpretação de Pessoa sobre Keynes e MMT, vista como enviesada pela ótica neoclássica.	4
Marcos Lisboa	Defesa de um “ajuste fiscal perpétuo” focado em cortes de gastos; Críticas à heterodoxia econômica.	O foco excessivo no corte de gastos negligencia a agenda de desenvolvimento que poderia aumentar a arrecadação. Defesa do pluralismo teórico e contestação da visão de que apenas a ortodoxia constitui “boa economia”.	4
Edmar Bacha	Proposta de conversibilidade plena do Real; Ênfase na responsabilidade fiscal como legado do Plano Real e crítica a desvios.	Crítica à proposta de conversibilidade plena por falta de sustentação teórica e empírica, e por potenciais riscos de instabilidade. Questionamento da narrativa de “irresponsabilidade fiscal” atribuída a governos não alinhados ao Teto de Gastos.	4
Arminio Fraga	Afirmação de que o Brasil é “muito endividado”; Defesa do Teto de Gastos; Condução da política monetária.	Contestação da ideia de alto endividamento brasileiro em comparação internacional. O Teto de Gastos é visto como “alquimia econômica” e prejudicial. Críticas	4

		(implícitas e explícitas) à política de juros altos e à sua justificação.	
Pedro Cavalcanti Ferreira	Negação da relação entre taxa de câmbio e crescimento econômico; Críticas gerais ao desenvolvimentismo.	Argumentação de que o nível e a volatilidade da taxa de câmbio afetam o investimento e o crescimento, com base em evidências teóricas e empíricas.	25
Renato Fragelli	Negação da relação entre taxa de câmbio e crescimento econômico; Críticas gerais ao desenvolvimentismo.	Similar a Pedro Cavalcanti. O cálculo de Oreiro sobre a “taxa de câmbio de equilíbrio industrial” foi usado por Bresser-Pereira para rebater críticas de Fragelli, gerando um debate metodológico.	25
Persio Arida	Proposta de conversibilidade plena do Real; Ênfase na responsabilidade fiscal como legado do Plano Real.	Similar a Edmar Bacha. Crítica à proposta de conversibilidade plena e questionamento das narrativas de crise fiscal usadas para defender austeridade.	4
Paulo Guedes	Implementação de políticas neoliberais radicais; Austeridade fiscal rigorosa (Teto de Gastos); Aprofundamento da desindustrialização.	Críticas contundentes à agenda liberal de Guedes, vista como prejudicial ao desenvolvimento, à indústria e à capacidade de investimento do Estado. O Teto de Gastos é considerado um erro fundamental.	2
André Lara-Resende	Discussão e defesa de aspectos da Teoria Monetária Moderna (MMT); Críticas ao “conservadorismo intelectual” na política de juros.	Engajamento no debate sobre MMT, frequentemente em contraponto às interpretações de Samuel Pessoa. Críticas específicas às explicações teóricas de Resende sobre juros, inflação e a relação entre política monetária e fiscal, mesmo que ambos sejam críticos da ortodoxia.	19

4. Análise Detalhada das Críticas de Oreiro a Economistas Liberais Específicos

A atuação de José Luis Oreiro no debate econômico brasileiro é marcada por confrontos diretos com as ideias de proeminentes economistas liberais. Suas críticas, embasadas

em seu referencial novo-desenvolvimentista e pós-keynesiano, abordam desde diagnósticos sobre os problemas estruturais do Brasil até propostas específicas de política econômica.

- Samuel Pessoa: As divergências entre Oreiro e Samuel Pessoa manifestam-se prominentemente em duas áreas: as causas da baixa produtividade brasileira e a interpretação da Teoria Keynesiana e da Teoria Monetária Moderna (MMT). Pessoa, um economista com forte influência no debate público, frequentemente atribui a baixa produtividade do trabalho no Brasil a deficiências no capital humano, como baixa escolaridade e lacunas em habilidades socioemocionais. Oreiro contesta veementemente essa ênfase.⁴ Para ele, embora a educação seja importante, o cerne do problema reside na “estrutura produtiva híbrida” do país, caracterizada por um vasto contingente de trabalhadores em setores de baixa produtividade, no que configura um “desemprego disfarçado”. Essa situação, argumenta Oreiro, é consequência direta da baixa dotação de capital físico por trabalhador e, crucialmente, do processo de desindustrialização prematura que o Brasil vivenciou. Em sua visão, investir em educação sem a contrapartida da criação de empregos de alta qualidade, especialmente na indústria, resultaria em um contingente de profissionais qualificados subutilizados, exemplificado pela imagem de “engenheiros trabalhando como motoristas de Uber”.⁴ Esta divergência sobre as causas da baixa produtividade não é meramente acadêmica; ela reflete um debate mais profundo sobre os verdadeiros motores do desenvolvimento econômico e as políticas mais adequadas para promovê-lo. A perspectiva liberal, representada por Pessoa, tende a enfatizar reformas microeconômicas, como as educacionais e as do mercado de trabalho, como caminhos para o aumento da produtividade. Já a visão desenvolvimentista de Oreiro desloca o foco para a necessidade de investimento em capital físico, para a reindustrialização como forma de alterar a estrutura produtiva e para políticas macroeconômicas ativas que estimulem esse processo. Trata-se, portanto, de um embate entre uma abordagem com fundamentos predominantemente microeconômicos e uma visão macro-estruturalista das causas e soluções para o subdesenvolvimento. Outro ponto de atrito significativo entre Oreiro (frequentemente em coautoria com Luiz Fernando de Paula) e Samuel Pessoa diz respeito à interpretação da Teoria Keynesiana – em particular, o princípio da demanda efetiva e a teoria da preferência pela liquidez – e à Teoria Monetária Moderna (MMT). Essas discussões ganharam corpo a partir de um “monólogo” de Pessoa com André Lara-Resende, onde Pessoa expôs suas visões sobre Keynes e MMT.¹⁹ Oreiro e Paula, em réplica, acusaram a

apresentação de Pessoa de conter “verdades, contradições e mitos”, argumentando que, como adepto da teoria neoclássica, Pessoa tenderia a interpretar Keynes de uma forma que minimiza suas rupturas com a ortodoxia anterior, uma leitura que os pós-keynesianos consideram distorcida ou incompleta. Essa controvérsia sobre a correta interpretação de Keynes e a validade da MMT transcende uma simples disputa exegética. Ela possui implicações diretas para a legitimidade e aceitabilidade de políticas econômicas alternativas. A MMT, por exemplo, oferece um arcabouço teórico que justifica políticas fiscais mais expansionistas e relativiza as preocupações tradicionais com o endividamento público em moeda soberana, desafiando frontalmente a ortodoxia fiscal. A forma como Keynes é compreendido – se como um reformador marginal da teoria clássica ou como um revolucionário que rompeu com seus fundamentos – influencia diretamente o debate sobre o papel do Estado, a eficácia da política fiscal e a natureza da moeda e dos juros. Ao “corrigir” a leitura de Pessoa sobre Keynes, Oreiro e Paula buscam, portanto, reforçar as bases teóricas para um conjunto de políticas heterodoxas, incluindo aquelas que podem encontrar inspiração na MMT, e contestar as narrativas que limitam o espaço para a ação estatal na economia.

- Marcos Lisboa: Marcos Lisboa, outro influente economista liberal, é frequentemente alvo das críticas de Oreiro, especialmente por sua defesa do que Oreiro denomina “ajuste fiscal perpétuo”.²¹ Oreiro argumenta que a ênfase excessiva de Lisboa na necessidade contínua de reformas fiscais e cortes de gastos públicos acaba por negligenciar a agenda de desenvolvimento econômico. Para Oreiro, um crescimento robusto, impulsionado por investimentos e mudança estrutural, seria capaz de gerar um aumento da arrecadação tributária, facilitando o próprio ajuste fiscal, uma lógica distinta daquela que vê o corte de gastos como pré-condição para tudo o mais. Essa discordância sobre a relação de causalidade entre ajuste fiscal e crescimento é fundamental. A perspectiva ortodoxa, frequentemente vocalizada por Lisboa, tende a ver o ajuste fiscal rigoroso como um passo inicial e indispensável para restaurar a confiança dos agentes econômicos, reduzir as taxas de juros e, assim, destravar o investimento e o crescimento. Oreiro, por outro lado, sugere uma sequência alternativa, onde políticas ativas de desenvolvimento podem impulsionar o crescimento, o qual, por sua vez, aliviaria as restrições fiscais através do aumento da receita. Essa divergência tem implicações profundas para a definição de prioridades e para o sequenciamento das políticas econômicas. Além disso, Lisboa é percebido por Oreiro como um crítico da heterodoxia econômica. Nos debates sobre

ortodoxia versus heterodoxia, Oreiro posiciona-se em defesa do pluralismo teórico e contesta a noção de que apenas a ortodoxia representa a “boa economia”.¹⁸ O livro “O Valor das Ideias: Debate em tempos turbulentos”³² é um exemplo dessa arena de disputa, compilando diversos debates, incluindo um capítulo de Oreiro e Paulo Gala sobre o “núcleo duro da divergência entre ortodoxos e heterodoxos na economia” e outro texto que rebate críticas de Lisboa e Samuel Pessoa aos economistas heterodoxos.

- Edmar Bacha e Persio Arida: Edmar Bacha e Persio Arida, figuras centrais na concepção e implementação do Plano Real, também são alvos das críticas de Oreiro, principalmente em relação a duas questões: a defesa da responsabilidade fiscal associada ao legado do Real e a proposta de plena conversibilidade da moeda brasileira. Em novembro de 2022, Oreiro criticou duramente uma carta aberta assinada por Bacha, Arida e Arminio Fraga, dirigida ao então presidente eleito Lula, que alertava contra a “irresponsabilidade fiscal” decorrente da intenção de revogar o Teto de Gastos.⁴ Oreiro classificou o Teto como uma “excrecência”, “alquimia e terraplanismo econômico”, questionando a seletividade do alerta, que não teria sido feito com o mesmo vigor durante o governo anterior. A proposta de Persio Arida (e, por associação, de Bacha, que compartilhou visões similares) de adotar a plena conversibilidade do Real foi objeto de uma crítica teórica e empírica detalhada por Oreiro, em coautoria com Luiz Fernando de Paula e Guilherme Jonas C. da Silva, em artigo intitulado “Por uma moeda parcialmente conversível: uma crítica a Arida e Bacha”.¹³ Os autores argumentam que a tese de que a plena conversibilidade levaria automaticamente a uma redução das taxas de juros domésticas e externas e a uma menor volatilidade cambial carece de robusta sustentação teórica e empírica. Pelo contrário, alertam que tal medida poderia aumentar a instabilidade macroeconômica e a vulnerabilidade do Brasil a choques externos. A crítica à proposta de conversibilidade plena vai além de um instrumento específico, tocando em uma divergência mais ampla sobre os benefícios da integração financeira irrestrita, frequentemente defendida por economistas liberais. Oreiro e seus coautores destacam que a literatura especializada sobre liberalização financeira não corrobora inequivocamente a hipótese de que a simples conversibilidade da conta de capitais reduziria o prêmio de risco de um país.¹⁶ Eles apontam que a experiência histórica brasileira durante os anos 1990, período de crescente abertura da conta de capitais, não foi acompanhada por uma tendência de redução do risco-país ou das taxas de juros reais. Adicionalmente, a plena conversibilidade poderia exacerbar a volatilidade da taxa de câmbio, tornando o país mais suscetível a

crises financeiras desencadeadas por reversões súbitas nos fluxos de capital. Essa análise sugere uma postura mais cautelosa e pragmática em relação à liberalização financeira, defendendo a manutenção de certos controles e uma abordagem de “moeda parcialmente conversível” como mais adequada à realidade de economias emergentes como a brasileira.

- Arminio Fraga: Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central e uma voz influente no debate liberal, é criticado por Oreiro principalmente por suas posições sobre a dívida pública, o Teto de Gastos e, implicitamente, pela condução de uma política monetária considerada excessivamente contracionista. Fraga, ao lado de Bacha e Pedro Malan, foi um dos signatários da carta a Lula defendendo a manutenção estrita do Teto de Gastos.⁴ Oreiro, em artigo intitulado “Mais um equívoco de Armínio Fraga: o Brasil não é um país muito endividado”, refuta a afirmação de Fraga de que o Brasil estaria excessivamente endividado, apresentando dados comparativos do FMI e questionando os critérios de cálculo da dívida usualmente empregados no debate público.²³ Ele também criticou duramente uma sugestão de Fraga de congelar o salário mínimo por seis anos como medida de ajuste fiscal.²⁴ A insistência de Fraga e outros economistas liberais no “perigo fiscal” e no alto endividamento serve, na visão de Oreiro, como uma tática discursiva para justificar a adoção e manutenção de políticas de austeridade, como o Teto de Gastos. Ao apresentar dados comparativos internacionais e ao questionar as métricas de endividamento, Oreiro busca desconstruir essa narrativa, que ele considera alarmista e enviesada. O objetivo é demonstrar que o diagnóstico da situação fiscal brasileira pode ser exagerado ou seletivo, abrindo assim espaço para a discussão de alternativas de política fiscal menos restritivas e mais alinhadas com uma agenda de desenvolvimento. Embora as críticas de Oreiro não se concentrem especificamente na gestão de Fraga à frente do Banco Central nos *snippets* mais recentes, sua associação com a ortodoxia monetária e a defesa de políticas de juros elevados (implícita em sua preocupação com a inflação e na defesa do Teto) o colocam em rota de colisão com as visões de Oreiro sobre a necessidade de taxas de juros significativamente mais baixas para estimular o investimento produtivo e o crescimento econômico.⁴
- Paulo Guedes: A gestão de Paulo Guedes como Ministro da Economia no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) representa, para Oreiro, o ápice da aplicação de uma agenda neoliberal radicalizada, e, como tal, foi alvo de críticas contundentes e sistemáticas.² Guedes assumiu o ministério com a promessa de ser um “superministro” liberal, com um mandato para implementar reformas estruturais profundas – como a da Previdência

(realizada), administrativa e tributária (parcialmente tentadas) – e um vasto programa de privatizações, tudo com o objetivo de reduzir drasticamente o tamanho e o escopo da intervenção estatal na economia.³⁸ Oreiro posicionou-se como um dos principais opositores a essa agenda. Ele argumentou que a simples ideia de que o fim do governo Bolsonaro e, por extensão, das políticas de Guedes, seria suficiente para retomar o crescimento era “despropositada” e refletia um otimismo “político, e não técnico”.²⁸ As políticas de Guedes, centradas no ajuste fiscal draconiano e na manutenção do Teto de Gastos, foram consistentemente criticadas por Oreiro, que defende a revogação do Teto e a adoção de uma política fiscal que permita a expansão do investimento público como motor do desenvolvimento.⁴ Do ponto de vista de Oreiro, as políticas de Guedes provavelmente aprofundaram o processo de desindustrialização, contra o qual ele tanto advoga, ao priorizar o ajuste fiscal em detrimento de qualquer estratégia de desenvolvimento produtivo.⁴ O confronto entre as visões de Oreiro e Guedes transcende discordâncias sobre medidas pontuais; ele reflete um choque fundamental entre dois paradigmas econômicos distintos acerca do diagnóstico dos problemas brasileiros e das soluções adequadas. Enquanto Guedes e a agenda liberal por ele representada focavam na necessidade de “arrumar a casa” fiscal, reduzir o Estado e liberar as “forças de mercado” como caminho para a prosperidade, Oreiro e o novo desenvolvimentismo veem essa abordagem como destrutiva para a capacidade de desenvolvimento de longo prazo do país, aprofundando a desindustrialização, a dependência externa e a desigualdade social. A crítica de Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, ao “neoliberalismo anacrônico” de Guedes, mencionada e comentada por Oreiro ²⁸, reforça essa oposição paradigmática. O embate Oreiro-Guedes simboliza, assim, a disputa central na economia política brasileira contemporânea sobre o modelo de desenvolvimento a ser seguido.

- André Lara-Resende: André Lara-Resende tem se destacado no debate econômico brasileiro por introduzir e discutir conceitos associados à Teoria Monetária Moderna (MMT), e por suas críticas ao que chama de “conservadorismo intelectual” na condução da política de juros. José Luis Oreiro engaja-se nesse debate, frequentemente em réplica ou tréplica a Samuel Pessoa, que por sua vez analisa e interpreta as ideias de Resende.¹⁹ Em um artigo específico intitulado “Nihil novi sub sole: uma réplica a Lara Resende” ³⁰, Oreiro direciona suas críticas a um texto de Resende sobre “juros e conservadorismo intelectual”. Nessa réplica, Oreiro questiona a robustez da explicação teórica de Resende para a persistência de taxas de juros reais elevadas no Brasil e para a complexa relação entre política

monetária e política fiscal. O debate envolvendo André Lara-Resende e a MMT é multifacetado. Resende busca introduzir no *mainstream* brasileiro ideias heterodoxas, especialmente sobre a natureza da dívida pública em moeda soberana e as capacidades de financiamento do Estado, o que naturalmente provoca reações. Economistas liberais, como Samuel Pessoa, tendem a analisar essas ideias com ceticismo ou a reinterpretá-las de forma a acomodá-las, ainda que parcialmente, em modelos mais convencionais. Outros economistas heterodoxos, como Oreiro, podem concordar com a crítica geral de Resende à ortodoxia e à política de juros altos, mas apresentar divergências significativas quanto aos fundamentos teóricos da MMT ou às implicações políticas que dela derivam. Isso demonstra que o campo heterodoxo não é monolítico. Enquanto Resende pode utilizar a MMT para argumentar em favor de um maior espaço para a política fiscal e para questionar os limites autoimpostos ao gasto público, Oreiro, embora também crítico dos juros altos e defensor de um papel mais ativo do Estado, pode ter ressalvas teóricas específicas à MMT ou às conclusões particulares de Resende, baseando suas próprias análises e propostas em seu arcabouço pós-keynesiano e novo-desenvolvimentista. A discussão, portanto, revela não apenas o confronto entre ortodoxia e heterodoxia, mas também as nuances, os debates internos e as diferentes linhagens de pensamento dentro do próprio campo heterodoxo brasileiro.

- Pedro Cavalcanti Ferreira e Renato Fragelli: A controvérsia com Pedro Cavalcanti Ferreira e Renato Fragelli gira em torno da relação entre a taxa de câmbio e o crescimento econômico, e das críticas destes ao desenvolvimentismo. Em artigo conjunto com Flavio Basilio e Gustavo Souza, Oreiro criticou a afirmação de Cavalcanti e Fragelli de que a taxa de câmbio não afetaria o crescimento econômico.²⁵ Oreiro e seus coautores argumentaram que tal posição ignora um corpo crescente de evidências científicas e resultados de pesquisas publicados em periódicos internacionais de prestígio, que demonstram que tanto o nível quanto a volatilidade da taxa de câmbio real exercem impacto significativo sobre as decisões de investimento e, conseqüentemente, sobre o crescimento. Posteriormente, em um debate mais amplo sobre as políticas do governo Dilma Rousseff, Luiz Carlos Bresser-Pereira utilizou um cálculo de Oreiro, Basilio e Souza sobre a “taxa de câmbio de equilíbrio industrial” para contra-argumentar as críticas de Ferreira e Fragelli ao desenvolvimentismo.²⁶ Bresser-Pereira sustentou que o problema da gestão Dilma não teria sido “excesso de desenvolvimentismo”, mas sim “pouco desenvolvimentismo”, evidenciado por uma taxa de câmbio que, apesar de alguma desvalorização, permaneceu aquém do nível

necessário para garantir a competitividade da indústria. Ferreira e Fragelli, em sua réplica, questionaram a robustez e o rigor científico do cálculo da taxa de câmbio de equilíbrio industrial apresentado por Oreiro e utilizado por Bresser-Pereira, classificando-o como uma “simples regra de três” e apontando para a sensibilidade do resultado à escolha do período base, além de levantarem dúvidas metodológicas sobre os estudos econométricos de Oreiro que embasariam tal cálculo.²⁶ Essa disputa específica sobre o impacto do câmbio no crescimento e a validade do conceito de “taxa de câmbio de equilíbrio industrial” ilustra vividamente a dificuldade de se estabelecer um consenso empírico em economia, mesmo sobre questões que podem parecer, à primeira vista, puramente técnicas. A crítica de Fragelli e Ferreira à metodologia do cálculo de Oreiro, e a defesa deste último, evidenciam como os pressupostos teóricos e as escolhas metodológicas podem conduzir a conclusões diametralmente opostas, mesmo quando se analisam dados semelhantes. Isso reforça o argumento mais geral de Oreiro e Gala ¹¹ sobre a importância dos “núcleos duros” axiomáticos e a natureza dos diferentes programas de pesquisa em economia, onde a “verdade” empírica é frequentemente mediada por esses pressupostos teóricos irrefutáveis.

5. Eixos Temáticos Centrais nas Críticas de Oreiro

As críticas de José Luis Oreiro aos economistas liberais brasileiros e às suas propostas de política econômica articulam-se em torno de alguns eixos temáticos centrais, que refletem suas divergências fundamentais sobre o diagnóstico dos problemas do Brasil e os caminhos para o desenvolvimento.

- Política Fiscal: O “Teto de Gastos”, o novo arcabouço fiscal, e a trajetória da dívida pública. A política fiscal é, talvez, o campo onde as divergências entre Oreiro e a ortodoxia liberal se manifestam de forma mais contundente. Ele foi um crítico implacável do Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95), vigente entre 2017 e 2022, classificando-o como uma “excrecência”, “coisa ridícula”, “reliquia de alquimia e terraplanismo econômico”.⁴ Para Oreiro, o Teto era excessivamente rígido, impedia o necessário investimento público, comprometia a execução de políticas sociais essenciais e, em última análise, revelou-se politicamente insustentável. Sua revogação foi defendida abertamente, e ele criticou economistas liberais como Arminio Fraga, Edmar Bacha e Pedro Malan por sua defesa da manutenção dessa regra fiscal.⁴ Com relação ao **Novo Regime Fiscal Sustentável (NRFS)**, também conhecido como arcabouço fiscal, proposto pelo ministro Fernando Haddad e implementado a partir de 2023, Oreiro, embora reconhecendo ser menos rígido que o Teto anterior, manteve uma postura crítica.³⁹ Ele argumenta que

o novo arcabouço, ao fixar um limite máximo para o crescimento real da despesa primária (2,5% ao ano, independentemente do crescimento da receita), ainda impõe uma “dieta ao Estado” e representa uma “capitulação à mesma lógica de ‘austeridade’”.³⁹ Suas principais objeções incluem: uma suposta inconsistência intrínseca ao se tentar fixar simultaneamente uma meta para o resultado primário e uma regra para a trajetória da despesa primária; a limitação que impõe ao investimento público, considerado insuficiente para atender às demandas sociais crescentes e para impulsionar o desenvolvimento e a infraestrutura; sua insuficiência para garantir um crescimento econômico sustentado e promover a necessária mudança estrutural na economia brasileira; e sua forte dependência de uma política monetária colaborativa, com redução substancial e sustentada da taxa Selic, para que suas metas de estabilização da dívida sejam alcançadas.³⁹ No que tange à **dívida pública**, Oreiro contesta a narrativa frequentemente alarmista sobre seu nível no Brasil.⁴ Ele argumenta, com base em comparações internacionais e na análise da composição da dívida, que a situação brasileira não é tão crítica quanto pintada por alguns setores. Para ele, a sustentabilidade da dívida pública depende mais da retomada do crescimento econômico e da manutenção de taxas de juros em patamares razoáveis do que exclusivamente da obtenção de superávits primários elevados sob um regime de austeridade fiscal contínua.¹⁰ A crítica de Oreiro aos regimes fiscais implementados no Brasil, tanto o Teto de Gastos quanto o novo arcabouço, transcende a discussão técnica sobre a sustentabilidade da dívida. Ele os interpreta como instrumentos que, em última instância, restringem a capacidade do Estado de atuar como um agente promotor do desenvolvimento econômico e da transformação social. Ao limitar o gasto público, especialmente o investimento, esses regimes fiscais acabariam por servir aos interesses do capital, ao reduzirem o poder de barganha do trabalho e ao abrirem mais espaço para a atuação privada em áreas como saúde e previdência social.³⁹ Sua defesa de um maior volume de investimento público⁵ e de um papel mais ativo do Estado na economia está intrinsecamente ligada à sua convicção de que o subdesenvolvimento brasileiro é um problema de natureza estrutural, que exige mais do que simples ajustes fiscais para ser superado. A política fiscal, na visão de Oreiro, não deve ser um fim em si mesma (com o objetivo único de estabilizar a dívida), mas um meio para alcançar objetivos mais amplos de desenvolvimento, o que o coloca em rota de colisão direta com a visão liberal que prioriza o ajuste fiscal como condição *sine qua non* para qualquer avanço econômico.

- Política Monetária: Taxas de juros elevadas, metas de inflação, e a autonomia do Banco Central. A condução da política monetária no Brasil é outro ponto focal das críticas de Oreiro. Ele é um crítico veemente das taxas de juros cronicamente elevadas praticadas no país, argumentando que elas representam um dos principais entraves ao desenvolvimento.⁴ Juros altos encarecem o custo do capital, desestimulam o investimento produtivo, limitam o crescimento econômico, afetam negativamente a produtividade e ainda comprometem as finanças públicas ao elevarem o custo de rolagem da dívida. Oreiro chegou a apontar que o Brasil despende anualmente cerca de R\$ 800 bilhões apenas com o pagamento de juros da dívida pública.⁸ O regime de **metas de inflação** também é questionado por Oreiro, não em seu princípio, mas na forma como é implementado no Brasil. Ele critica o modelo por, em sua visão, servir de justificativa para a manutenção de taxas de juros excessivamente altas, mesmo quando a inflação se encontra dentro dos intervalos de tolerância ou quando suas causas são predominantemente de custos, e não de demanda.⁸ Ele considera a meta de inflação de 3% ao ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional, como excessivamente baixa e irrealista para a realidade e o histórico inflacionário brasileiro, criando dificuldades desnecessárias para a condução da política monetária e, indiretamente, para a política fiscal.³⁹ A **autonomia do Banco Central**, especialmente sob a presidência de Roberto Campos Neto, e a própria instituição são alvos de críticas severas. Oreiro frequentemente associa a política de juros altos aos interesses do setor financeiro e questiona a verdadeira independência da autoridade monetária em relação a esses interesses.⁶ Ele sugere que o Banco Central e o mercado financeiro atuam de forma coordenada, ainda que tacitamente, para manter as taxas de juros elevadas, beneficiando rentistas e instituições financeiras.⁴ O Boletim Focus, utilizado pelo Banco Central como referência para as expectativas de mercado, é desqualificado por Oreiro como um instrumento que reflete a visão de analistas de bancos e que “erra sistematicamente”, servindo primordialmente para justificar a manutenção de juros altos.⁸ Ademais, Oreiro levanta dúvidas sobre a **eficácia da política monetária** no Brasil para controlar a inflação, especialmente no curto prazo, quando esta é impulsionada por choques de oferta ou pela variação cambial.⁸ Ele também aponta que a estrutura da dívida pública brasileira, com alta participação de títulos pós-fixados (LFTs), pode reduzir a potência dos canais de transmissão da política monetária, como o efeito riqueza.³⁵ A persistência dessas críticas sugere que Oreiro percebe a política monetária brasileira como sendo, em grande medida, “capturada” pelos interesses do sistema financeiro. A

justificativa técnica do controle inflacionário, embora legítima, poderia, em sua visão, mascarar o objetivo subjacente de garantir a rentabilidade dos ativos financeiros e a remuneração da dívida pública. Sua desqualificação do Boletim Focus e a acusação de “charlatanismo” nas previsões econômicas que justificam juros altos ⁴ reforçam essa desconfiança fundamental sobre a neutralidade e os verdadeiros propósitos da política monetária ortodoxa praticada no Brasil. A proposta de emenda constitucional (PEC 65/2023), que visava conceder autonomia financeira ao Banco Central, transformando-o em uma empresa pública, foi fortemente criticada por Oreiro como uma manobra para consolidar o poder e os ganhos do funcionalismo da instituição, confundindo receita de senhoriagem com lucros a serem distribuídos.⁴

- **Política Cambial:** A gestão da taxa de câmbio real e a crítica à plena conversibilidade. A política cambial é um dos pilares da estratégia novo-desenvolvimentista defendida por Oreiro e, consequentemente, um ponto de forte divergência com as teses liberais. Ele sustenta que a taxa de câmbio real é uma variável macroeconômica de importância fundamental para o desenvolvimento, a acumulação de capital e o crescimento de longo prazo, com impactos diretos sobre a competitividade da indústria nacional.⁵ Uma taxa de câmbio real cronicamente sobrevalorizada, como a que o Brasil experimentou em diversos períodos, levaria, segundo ele, à desindustrialização, à especialização regressiva na produção de commodities (reprimarização da pauta de exportações) e à perda de dinamismo econômico.¹³ Coerente com essa visão, Oreiro é um crítico contumaz das propostas de **plena conversibilidade da conta de capitais do Real**, como as defendidas por Persio Arida e Edmar Bacha. Ele argumenta que tais propostas carecem de sólida fundamentação teórica e empírica e que, longe de trazer estabilidade e juros mais baixos, poderiam aumentar a volatilidade cambial e a vulnerabilidade da economia brasileira a crises financeiras.¹³ Em contraposição, Oreiro defende a manutenção de uma moeda apenas parcialmente conversível e o uso estratégico de controles de capital para modular os fluxos financeiros e proteger a economia de movimentos especulativos excessivos.⁵ Para alcançar e manter uma taxa de câmbio real em patamar competitivo, Oreiro propõe um **“regime de câmbio administrado”**. Isso envolveria o uso de um conjunto de instrumentos, como a imposição de depósitos compulsórios sobre a entrada de capitais, a regulação do mercado de derivativos cambiais para coibir a especulação excessiva e, em certos contextos, a aplicação de um imposto sobre a exportação de commodities para neutralizar os efeitos da “doença holandesa”.⁵ A defesa de um regime de câmbio administrado e de controles de

capital coloca Oreiro em rota de colisão direta com um dos pilares do consenso liberal, que é a combinação de câmbio flutuante com livre mobilidade de capitais, frequentemente parte do chamado “tripé macroeconômico”.¹³ Sua argumentação de que, em economias onde bens e ativos domésticos são substitutos imperfeitos de seus equivalentes estrangeiros, a taxa real de câmbio pode ser efetivamente administrada pela autoridade monetária sem que isso implique uma perda completa de autonomia na condução da política monetária ¹⁴, desafia a formulação mais rígida do “trilema impossível” da macroeconomia aberta (que postula ser impossível ter simultaneamente câmbio fixo, livre mobilidade de capitais e política monetária autônoma). Essa posição teórica é fundamental para a viabilidade prática da estratégia novo-desenvolvimentista, que depende crucialmente da capacidade do Estado de influenciar a taxa de câmbio real para promover a competitividade industrial. Trata-se, portanto, de uma ruptura significativa com o paradigma liberal predominante na condução da política cambial.

- Desenvolvimento e Indústria: A desindustrialização prematura e a necessidade de uma política industrial ativa. A questão industrial ocupa um lugar central no pensamento de José Luis Oreiro. Ele reitera consistentemente que a indústria de transformação é o motor do crescimento econômico e que o Brasil cometeu erros estratégicos em sua trajetória de desenvolvimento ao não priorizar a promoção de exportações de produtos manufaturados, como fizeram, por exemplo, os países do Leste Asiático.¹² A **desindustrialização prematura** da economia brasileira é uma de suas maiores preocupações. Ele atribui a expressiva queda da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) a um conjunto de fatores, incluindo a adoção de políticas neoliberais a partir dos anos 1990, a liberalização comercial e financeira abrupta, os longos períodos de sobrevalorização da taxa de câmbio real e a redução do financiamento estatal direcionado ao desenvolvimento industrial e tecnológico.⁴ Esse processo, segundo Oreiro, não apenas comprometeu o dinamismo da economia, mas também contribuiu para a baixa produtividade média e para a deterioração da qualidade dos empregos. Consequentemente, Oreiro defende a necessidade de uma **política industrial ativa**, que vá além de medidas pontuais e se configure como uma estratégia de longo prazo para adensar as cadeias produtivas, estimular a inovação tecnológica e aumentar a complexidade da estrutura econômica brasileira. No entanto, ele ressalta que a política industrial, por si só, não é suficiente e não substitui a necessidade premente de se manter uma taxa de câmbio real competitiva, condição que considera essencial para o sucesso de qualquer esforço de

reindustrialização.³ A ênfase de Oreiro na reindustrialização não deve ser interpretada como um mero saudosismo em relação ao passado industrial do Brasil ou como uma defesa anacrônica do modelo de substituição de importações. Pelo contrário, sua visão está alinhada com uma longa tradição de pensamento econômico, incluindo as contribuições estruturalistas latino-americanas e as ideias de economistas como Nicholas Kaldor, que identificaram na indústria características únicas – como maiores retornos crescentes de escala, maior potencial para a incorporação de progresso técnico e mais fortes encadeamentos produtivos – que a tornam um setor crucial para impulsionar o crescimento da produtividade em toda a economia e para viabilizar o processo de *catching-up* dos países em desenvolvimento em relação às economias mais avançadas. A reindustrialização, para Oreiro, é, portanto, mais do que uma política setorial para gerar empregos; é uma estratégia macroeconômica fundamental para elevar a complexidade econômica, aumentar a produtividade agregada e superar as armadilhas do subdesenvolvimento.

- A “Nova Matriz Macroeconômica” (NMM): Avaliação crítica de Oreiro. A “Nova Matriz Macroeconômica” (NMM), conjunto de políticas econômicas implementadas principalmente durante o primeiro governo de Dilma Rousseff, é frequentemente citada por economistas liberais como um exemplo do fracasso das ideias desenvolvimentistas. José Luis Oreiro, contudo, faz questão de se distanciar dessa caracterização, apresentando uma avaliação crítica da NMM e argumentando que suas próprias críticas a ela são anteriores à eclosão da crise econômica de 2014-2016.²⁸ Ele sustenta que a política econômica do governo Dilma foi, em grande medida, inspirada por uma vertente que ele denomina “social-desenvolvimentismo”, a qual, embora compartilhe alguns objetivos com o novo-desenvolvimentismo, difere deste em pontos cruciais de diagnóstico e, principalmente, de instrumentação da política econômica.¹³ Oreiro critica, por exemplo, o ex-ministro Guido Mantega por defender a continuidade de políticas que, em sua opinião, repetem os erros cometidos sob a égide da NMM.²⁸ Na análise de Oreiro e Nelson Marconi, os equívocos da NMM incluíram uma combinação de política fiscal excessivamente frouxa, taxas de juros que permaneceram elevadas por longos períodos (apesar de tentativas pontuais de redução), crescimento dos salários reais descolado do aumento da produtividade do trabalho e, crucialmente, a persistência de uma taxa de câmbio real sobrevalorizada (problema parcialmente herdado de governos anteriores, mas não corrigido adequadamente). Essa combinação perversa teria resultado em aceleração inflacionária, aumento da fragilidade das contas públicas e aprofundamento

do processo de desindustrialização, minando o potencial de crescimento da economia brasileira.¹³ A distinção que Oreiro estabelece entre o “novo-desenvolvimentismo” (que ele defende) e o “social-desenvolvimentismo” (que ele associa à NMM e ao governo Dilma) é de fundamental importância para compreender sua posição no debate.¹³ Ao fazer essa diferenciação, ele busca resguardar a corrente novo-desenvolvimentista das críticas generalizadas que atribuem o fracasso da NMM a todo e qualquer pensamento desenvolvimentista. Para Oreiro, a NMM não falhou por ser “desenvolvimentista”, mas por não ter seguido os preceitos corretos do que ele considera um desenvolvimentismo consistente e eficaz. Em particular, a NMM teria negligenciado a importância central da manutenção de uma taxa de câmbio real competitiva e teria incorrido em inconsistências macroeconômicas que comprometeram seus resultados. Ao criticar a NMM e figuras a ela associadas como Guido Mantega, Oreiro está, na verdade, defendendo sua própria vertente de pensamento desenvolvimentista como uma alternativa teórica e politicamente mais robusta e viável do que aquela que, em sua avaliação, foi implementada e fracassou.

6. A Voz de Oreiro na Mídia: Análise de Artigos e Entrevistas

A disseminação das ideias e críticas de José Luis Oreiro não se restringe ao circuito acadêmico. Ele utiliza ativamente diversas plataformas de mídia para intervir no debate público, alcançando diferentes audiências e confrontando diretamente as narrativas econômicas dominantes.

Seu **blog pessoal (jlcoreiro.wordpress.com)** funciona como uma plataforma central para a exposição de suas análises mais elaboradas e críticas diretas.⁴ É nesse espaço que se encontram, por exemplo, suas críticas detalhadas ao Teto de Gastos e ao novo arcabouço fiscal ⁴, os embates com Samuel Pessoa sobre produtividade e as interpretações da teoria keynesiana e da MMT ⁴, a refutação aos argumentos de Arminio Fraga sobre o nível da dívida pública brasileira ²³, e suas reflexões sobre o debate entre ortodoxia e heterodoxia na ciência econômica.¹⁸

Oreiro também marca presença regular nas páginas de opinião dos **principais jornais do país**, como Valor Econômico, Folha de S. Paulo e Estadão.² No Valor Econômico, publicou artigos influentes como “Muito Além do Tripé” ¹⁶, onde questiona os limites do arranjo macroeconômico vigente, e “Câmbio e crescimento, as evidências em ordem” ¹⁶, no qual defende a importância da variável cambial. Na Folha de S. Paulo, seus textos frequentemente dialogam ou polemizam com as colunas de economistas liberais como Marcos Lisboa ²¹ e Samuel Pessoa.⁴ No Estadão, suas ideias também repercutem, como no debate entre Bresser-Pereira e a dupla Pedro Ferreira/Renato Fragelli, onde o trabalho de Oreiro sobre a taxa de câmbio de equilíbrio industrial foi citado.²⁶ A presença

de Oreiro nesses veículos, embora possivelmente menos frequente que a de economistas alinhados ao pensamento liberal, é estrategicamente importante, pois permite que o contraponto desenvolvimentista alcance o público leitor qualificado e formador de opinião que consome esses jornais.

Canais de mídia alternativa no **YouTube, como a TV 247 e o Da Prática Política**, têm se mostrado plataformas igualmente relevantes para a divulgação das análises de Oreiro, permitindo entrevistas mais longas e exposições mais aprofundadas de suas ideias.⁴ Na TV 247, por exemplo, ele teceu críticas contundentes à política de juros e à atuação do Banco Central sob Roberto Campos Neto.⁸ No canal Da Prática Política, fez alertas como o de que o Banco Central estaria “brincando com fogo”⁹ e comentou as diferenças de orientação entre diretores do BC, como Gabriel Galípolo e Roberto Campos Neto.⁴⁴ Esses canais, que frequentemente possuem uma linha editorial com maior afinidade ideológica a posições de esquerda ou progressistas, oferecem a Oreiro um espaço privilegiado para apresentar suas críticas de forma mais incisiva e para dialogar com um público já potencialmente simpático a visões alternativas à ortodoxia liberal. A utilização dessas diversas plataformas midiáticas demonstra uma estratégia consciente de Oreiro para intervir no debate econômico em múltiplas frentes, buscando influenciar tanto a opinião pública quanto os formuladores de política.

Publicidade

Configurações de privacidade

7. Síntese e Implicações das Críticas de Oreiro para o Debate Econômico Brasileiro

As multifacetadas críticas de José Luis Oreiro aos economistas liberais brasileiros e às políticas por eles propugnadas convergem para uma contestação fundamental do paradigma econômico que tem, em grande medida, orientado o Brasil nas últimas décadas. Sua argumentação central pode ser sintetizada em alguns pontos nevrálgicos. Primeiramente, Oreiro sustenta que a ortodoxia liberal brasileira, ao concentrar seus esforços em austeridade fiscal, metas de inflação rígidas acompanhadas por taxas de juros elevadas e processos de liberalização financeira e comercial, acaba por negligenciar pilares essenciais para um desenvolvimento econômico sustentado e socialmente inclusivo. Entre esses pilares negligenciados, destacam-se a necessidade de uma taxa de câmbio real competitiva para impulsionar a indústria, o fortalecimento do próprio setor industrial como motor de inovação e produtividade, e o papel insubstituível do investimento público como indutor do crescimento e redutor de gargalos infraestruturais.

Em segundo lugar, as explicações fornecidas pela corrente liberal para a prolongada estagnação da economia brasileira são consideradas por Oreiro como insuficientes e, por vezes, equivocadas. Ele argumenta que tais explicações tendem a subestimar ou ignorar fatores estruturais profundos, a dimensão histórica dos problemas nacionais e, crucialmente, os impactos negativos gerados pelas próprias políticas de orientação

liberal – como a “armadilha da liberalização”, que teria levado à desindustrialização prematura e à reprimarização da economia, tornando-a mais vulnerável e menos dinâmica.

Diante desse diagnóstico, Oreiro postula a necessidade urgente da adoção de um novo paradigma de política econômica, consubstanciado nas propostas do novo desenvolvimentismo. Esse paradigma recolocaria o Estado em um papel ativo de coordenação estratégica, utilizando instrumentos de política fiscal, monetária e cambial de forma coordenada para promover a mudança estrutural, estimular o investimento produtivo e buscar uma inserção internacional mais vantajosa para o país.

A relevância das críticas de Oreiro para a formulação de políticas econômicas no Brasil e para o entendimento das complexas e divergentes visões sobre o desenvolvimento nacional é inegável. Suas análises oferecem um contraponto teórico e prático robusto ao pensamento econômico frequentemente dominante nos círculos de poder e na grande mídia. Ao questionar dogmas e consensos aparentes, Oreiro alimenta um debate crucial sobre as alternativas de política econômica, especialmente em momentos de crise ou de reorientação governamental. Suas intervenções ajudam a desmistificar a suposta neutralidade técnica de certas propostas econômicas, expondo os interesses, os valores e os pressupostos ideológicos que frequentemente subjazem a diferentes agendas.

A persistência e a profundidade teórica das críticas de José Luis Oreiro, mesmo diante da considerável influência do discurso liberal em muitos espaços de decisão e formação de opinião, sinalizam a vitalidade e a resiliência de uma importante tradição de pensamento desenvolvimentista no Brasil. Essa tradição, embora possa ter sido minoritária em determinados períodos ou conjunturas, continua a ser uma fonte indispensável de alternativas, questionamentos e propostas para os desafios nacionais. A atuação de Oreiro, ao manter viva a chama de um debate econômico plural e crítico, impede que a discussão sobre os rumos do país se transforme em um monólogo e força a ortodoxia a, no mínimo, se defender, se justificar e, idealmente, a reconsiderar alguns de seus pressupostos. Nesse sentido, a importância de sua voz reside não apenas na substância das críticas que formula, mas no próprio ato de formulá-las consistentemente, garantindo que o debate sobre o futuro econômico do Brasil permaneça aberto, dinâmico e verdadeiramente democrático.